

CONTEXTO JURÍDICO

EDIÇÃO NACIONAL

PUBLICIDADE LEGAL



**EDP Renováveis Brasil S.A.**  
CNPJ/MF nº 09.334.083/0001-20 - NIRE 35.300.351.789  
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2024**


**1. Data, Hora e Local:** Aos 23 (vinte e três) dias de maio de 2024, às 08h30min, na sede social da **EDP RENOVAVEIS BRASIL S.A.** (“**Companhia**”), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, parte, Itaim Bibi, CEP 04538-133, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, por estarem presentes as acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência da mesa a Sra. **Paula Ferrareto Dalbello** e o secretariado da reunião o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior**. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: 4.1. Aprovar a contratação, pela Central Eólica Borborema II S.A. (“**Borborema II**”) de linha de financiamento de longo prazo, por meio de repasse, pelo Banco do Brasil S.A. (“**Credor**”), de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (“**FDNE**”), em montante enquadrado e aprovado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“**SUDENE**”), tendo como finalidade a construção, desenvolvimento e operação do projeto de energia eólica Central Eólica Borborema II S.A., com capacidade instalada de 49,6MW, localizada no município de Pocinhos, Estado da Paraíba, Brasil, conforme Resolução Autorizativa ANEEL Nº 10.385, De 17 De Agosto De 2021 (“**Projeto**”), no valor de até R\$235.764.108,93 (duzentos e trinta e cinco milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e oito reais e noventa e três centavos), nos termos do “**Contrato de Abertura de Crédito Fixo**”, a ser celebrado entre a Borborema II, o Credor e a Companhia (“**Financiamento**”) e “**Contrato de Financiamento**”, respectivamente); 4.2. Aprovar a prestação, pela Companhia, de garantia fidejussória em favor do Credor, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento das obrigações assumidas pela Borborema II no âmbito do Financiamento (“**Fiança**”); 4.3. Aprovar a alienação fiduciária da totalidade das ações de sua titularidade e de emissão Borborema II, incluindo (i) todos os dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos à Companhia; (ii) o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da Borborema II, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação acionária da Borborema II, bem como (iii) direitos de preferência e opções referentes aos bens objeto de tal garantia fiduciária (“**Alienação Fiduciária de Ações**”), a fim de garantir as obrigações assumidas pela Borborema II no âmbito do Financiamento, nos termos do “**Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças**” a ser celebrado entre o Credor, a Borborema II e a Companhia, (“**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**”), bem como a outorga de procuração, pela Companhia, em favor do Credor, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e pelo mesmo prazo de vigência do referido Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; 4.4. Aprovar a cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios, presentes e/ou futuros, de titularidade da Companhia, decorrentes, relacionados e/ou emergentes dos contratos celebrados no âmbito do Projeto (“**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**”), nos termos do “**Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Direitos Emergentes e Contas Bancárias em Garantia e Outras Avenças**” a ser celebrado entre a Borborema II, o Credor e a Companhia (“**Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**”), bem como a outorga de procuração, pela Companhia, em favor do Credor, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e pelo mesmo prazo de vigência do referido Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; 4.5. A autorização aos diretores da Companhia e/ou demais representantes legais da Companhia devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia, para (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Financiamento, ao Contrato de Financiamento, à Alienação Fiduciária de Ações, à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (b) celebrar o Contrato de Financiamento, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas pela Companhia no âmbito do Contrato de Financiamento, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao Financiamento à Alienação Fiduciária de Ações e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do Financiamento, da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (c) contratar os prestadores de serviços necessários para a contratação do Financiamento, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários, e (d) praticar, em nome da Companhia, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento integral das matérias acima; 4.6. A ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia e/ou demais representantes legais da Companhia devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia relacionados e/ou decorrentes das matérias acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias, os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade, sem qualquer ressalva, sobre as seguintes matérias: 5.1. Aprovar a contratação, pela Borborema II, do financiamento; 5.2. Aprovar a prestação da Fiança no âmbito do financiamento; 5.3. Aprovar a outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, bem como a outorga de procuração, pela Companhia, em favor do Credor, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e pelo mesmo prazo de vigência do referido Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; 5.4. Aprovar a outorga da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, incluindo a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, bem como a outorga de procuração, pela Companhia, em favor do Credor, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e pelo mesmo prazo de vigência do referido Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; 5.5. Aprovar a autorização aos diretores da Companhia e/ou demais representantes legais da Companhia devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia, para (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Financiamento, ao Contrato de Financiamento, à Alienação Fiduciária de Ações, à Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (b) celebrar o Contrato de Financiamento, o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditório, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas pela Companhia no âmbito do Contrato de Financiamento, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditório, assinar quaisquer outros instrumentos e documentos e seus eventuais aditamentos relacionados ao Financiamento, à Alienação Fiduciária de Ações e à Cessão Fiduciária de Direitos Creditório, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação e/ou aperfeiçoamento do Financiamento, da Alienação Fiduciária de Ações e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, (c) contratar os prestadores de serviços necessários para a contratação do financiamento, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os honorários, e (d) praticar, em nome da Companhia, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento integral das matérias acima; 5.6. ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia e/ou demais representantes legais da Companhia devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia relacionados e/ou decorrentes das matérias acima; e **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Paula Ferrareto Dalbello Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspenda a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Assinaturas: **Mesa:** a Sra. Paula Ferrareto Dalbello - Presidente e o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. **Acionista:** EDP Renováveis Brasil S.A. (representada por seus diretores Paula Ferrareto Dalbello e Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior), São Paulo, 23 de maio de 2024. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. **Mesa:** Paula Ferrareto Dalbello - Presidente, Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 221.30024-7 em 13/06/2024, Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



**AOSTA INCORPORAÇÃO SPE LTDA.**  
CNPJ/ME nº 32.208.022/0001-38 - NIRE 35.235.409.307

**Ata de Reunião de Sócios Realizada em 26 de Junho de 2024**

**1. Data, Hora e Local:** No dia 26 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede da **AOSTA INCORPORAÇÃO SPE Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, 2º andar, sala 216, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ/ME”) sob o nº 32.208.022/0001-38 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.235.409.307 (“Sociedade”). **2. Convocação:** Dispensada a convocação nos termos do art. 1.072, § 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”). **3. Presença:** Presentes os sócios da Sociedade representando a totalidade do capital social. **4. Mesa:** Presidente: Adolpho Lindenberg Filho; e Secretária: Natalia Kairuz de Aguiar Silva. **5. Ordens do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, nos termos do inciso II, do art. 1.082 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”). **6. Instalação e Deliberações:** O Presidente declarou instalada a reunião, tendo em vista o cumprimento de todas as formalidades legais, e, em seguida, após analisarem e discutirem as matérias constantes da ordem do dia, os sócios da Sociedade, por unanimidade de votos dos presentes, e sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram: **a)** A redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 28.097.943,00 (vinte e oito milhões, noventa e sete mil, novecentos e quarenta e três reais), por ser este considerado excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II, do art. 1.082 do Código Civil; **b)** A redução do capital social da Sociedade, no valor de R\$ 28.097.943,00 (vinte e oito milhões, noventa e sete mil, novecentos e quarenta e três reais), para R\$ 1.002.000,00 (um milhão e dois mil reais), mediante o cancelamento: (i) de 20.000.000 (vinte milhões) de quotas ordinárias, as quais serão restituídas aos sócios de forma proporcional à sua participação no capital social da Sociedade, sendo (i.a) R\$ 11.100.000,00 (onze milhões e cem mil reais) à sócia Coinvestidores Participação I Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.666.006/0001-02 (“Coinvestidores”); (i.b) R\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil reais) ao sócio Kinea Co-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.816.679/0001-52; e (i.c) R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais) à sócia Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.138.860/0001-83 (“LSP”), observado o § 6º da Cláusula 4ª do Contrato Social da Sociedade, o valor destinado à sócia LSP será creditado diretamente em favor da VERT COMPANHIA SECURITIZADORA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.005.683/0001-09, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas, Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, celebrado, em 22 de setembro de 2022, em conta corrente indicada por ela, a saber, Banco Bradesco (237), agência 3396, conta corrente 5.962-5, para fins de amortização parcial da Cédula de Crédito Imobiliário, emitida em 22 de setembro de 2022; e (ii) das R\$ 8.097.943,00 (oito milhões, noventa e sete mil, novecentos e quarenta e três) quotas preferenciais de titularidade da Coinvestidores. Dessa maneira, são extintas as quotas preferenciais de emissão da Sociedade. Em contrapartida à extinção das referidas quotas preferenciais, a Sociedade pagará à sócia Coinvestidores, a título de devolução proporcional à sua respectiva participação no capital social, o correspondente montante de R\$ 8.097.943,00 (oito milhões, noventa e sete mil, novecentos e quarenta e três reais), mediante entrega de 01 (uma) nota promissória em caráter pro soluto; **b)** Os sócios consignaram que a redução do capital social da Sociedade tornar-se-á eficaz somente após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da presente ata, nos termos do § 1º e 2º do art. 1.084, do Código Civil; e **c)** Após o decurso do prazo referido no item b), acima, será realizada a respectiva alteração da cláusula de contrato social da Sociedade que trata sobre o montante do capital social; e **d)** Os sócios desde já autorizam os administradores da Sociedade a praticarem todos os atos e a celebrar todos os documentos necessários para dar cumprimento às deliberações acima. **7. Leitura e Lavratura da Ata:** O Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, sendo que ninguém se manifestou. A ata foi lida, aprovada, lavrada em livro próprio e assinada por todos os Sócios. Assinaturas: **Presidente** - Adolpho Lindenberg Filho; e **Secretária** - Natalia Kairuz de Aguiar Silva. Sócios Presentes: (i) Coinvestidores Participação I Ltda.; (ii) Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.; e (iii) Kinea Co-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário. São Paulo, 26 de junho de 2024. **Mesa:** Adolpho Lindenberg Filho - Presidente; Natalia Kairuz de Aguiar Silva - Secretária. **Assinaturas:** Adolpho Lindenberg Filho, por Marcel Chalem e Carlos Alberto Pereira Martins; Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. Representado por Adolpho Lindenberg Filho e Maurício Piazzon Barbosa Lima; Kinea Co-Investimento Fundo de Investimento Imobiliário Representado por Marcel Chalem e Carlos Alberto Pereira Martins



**CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA DE CARAGUATUBÁ**

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO – O Sr. DIRETOR TÉCNICO III, do Centro de Detenção Provisória de Caraguatubá, no uso de suas atribuições, faz saber que se encontra aberto Pregão eletrônico nº 90012/2024, para aquisição de Material de higiene para entrega imediata, do tipo MENOR PREÇO, procedimento licitatório nº 006.0020457/2024-16 PROCESSO SIAFEM 20240588644. A data da abertura da sessão pública ocorrerá no dia 09/07/2024, às 08h00, pelo site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O Edital está disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: [comprasnet@comprasnet.gov.br](mailto:comprasnet@comprasnet.gov.br). O edital poderá ser adquirido no endereço supra citado ou pelos sites [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) e [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br), podendo ainda ser consultado pela própria unidade. O Aviso de Abertura e Anexos na íntegra, poderão ser consultados pelo site supra citado, ou pelo site <https://doe.sp.gov.br/> maiores informações pelo telefone (11) 3694-3526.**



**CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP VANDA RITA BRITO DO REGO DE OSASCO**

Encontra-se aberto no CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA ASP VANDA RITA BRITO DO REGO DE OSASCO, sediado na Via - Rod. Raposo Tavares, Km 20, Av. Aterial Sul, 550B - Chácara Everest, Osasco - SP, 06149-000 Dispensa de Licitação do tipo eletrônica com disputa, participação exclusiva de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Cooperativas conforme LC 123/2006 e 147/2014, destinada a **AQUISIÇÃO DE GAS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO DE PETRÓLEO - GLP - USO DOMESTICO - P45, Processo Licitatório SEI N.º 006.00210913/2024-59** para atendimento as necessidades desta unidade prisional, do tipo menor preço. A realização da sessão pública será no dia 02/07/2024 às 08:00hs no correio eletrônico: [comprasnet@comprasnet.gov.br](mailto:comprasnet@comprasnet.gov.br). O edital poderá ser consultado pelo site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). O edital poderá ser adquirido no endereço supra citado ou pelos sites [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br) e [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br), podendo ainda ser consultado pela própria unidade. O Aviso de Abertura e Anexos na íntegra, poderão ser consultados pelo site supra citado, ou pelo site <https://doe.sp.gov.br/> maiores informações pelo telefone (11) 3694-3526.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA**

**Pregão Eletrônico nº 117/2024**

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO ANUAL DE MATERIAIS CONFECCIONADOS EM TECIDOS E NÃO TECIDOS. Data e hora limite para credenciamento no site da licitação: 27/07/2024 às 08h30. Data e hora limite para recebimento das propostas: até: 12/07/2024 às 08h30. Início da disputa da etapa de lances: 12/07/2024 às 09h. Obtenção do Edital: gratuito através do sítio <https://paulinia.obaratec.com.br/ords/paulinia/?p=839:23> ou <https://bnccompras.com/Home/Login>. Paulínia, 26 de junho de 2024. Ednilson Cazellato - Prefeito Municipal

STF decide que porte de maconha para consumo pessoal não é crime

O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu, terça-feira, 25, que o porte de maconha para consumo próprio não é crime. Os ministros ainda debatem critérios objetivos para diferenciar usuários e traficantes, inclusive quantidade de droga. O julgamento deve ser concluído amanhã.

A decisão só passa ter efeitos práticos quando o julgamento for encerrado e o acórdão publicado. A Lei de Drogas, aprovada em 2006, não pune o porte com pena de prisão. Com isso, os ministros declararam que esse não é um delito criminal, mas um ilícito administrativo. Prevaleceu a posição de que a dependência é um problema de saúde pública.

“Ninguém partiu da premissa de que a droga é positiva. Pelo contrário, estamos afirmando que se trata de uma infração. Mas é necessário que haja tratamento às pessoas viciadas”, defendeu Gilmar Mendes, decano do STF e relator do processo. Votaram a favor da descrimi-



(Foto: EBC)

“Ninguém partiu da premissa de que a droga é positiva. Pelo contrário, estamos afirmando que se trata de uma infração. Mas é necessário que haja tratamento às pessoas viciadas”, defendeu Gilmar Mendes, decano do STF e relator do processo.

nalização os ministros Gilmar Mendes, Rosa Weber (aposen- tada), Luís Roberto Barroso, Moraes, Dias Toffoli e Cármen Edson Fachin, Alexandre de Lúcia.

Cristiano Zanin, Kassio Nunes Marques e André Mendonça foram contra a descriminalização



(Foto: EBC)

O STF divulgou o posicionamento do ministro Dias Toffoli como uma divergência parcial.

O consumo de maconha não foi legalizado, ou seja, continua proibido na legislação. A diferença na prática é que quem for enquadrado como usuário não terá antecedentes criminais. “O que acho mais nefasto é a pecha de criminoso que se colo-

ca no usuário e que o inibe de buscar ajuda nos casos de dependência”, defendeu Dias Toffoli. A pena para os usuários permanece a mesma prevista na legislação - advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços comunitários e participação

em programas ou cursos educativos.

Os ministros também definiram que os recursos contingenciados do Fundo Nacional Antidrogas devem ser liberados e que parte deles deve ser usada em campanhas educativas sobre os

malefícios das drogas. Ao final do julgamento, houve dúvidas no STF sobre como enquadrar o voto do ministro Luix Fux. Ele defendeu que a Lei de Drogas constitucional, porque não pune o porte com prisão. O ministro também disse que não considera o porte de maconha crime.

“Todas as premissas que eu assentei aqui, considerando constitucional o artigo 28, são no sentido de que aquelas sanções são constitucionais, entretanto eu não considero crime o artigo 28. Eu considero que o artigo é constitucional, porque o legislador não impôs penas inerentes à criminalização do uso, de sorte que eu considero constitucional por isso”, explicou ao final da sessão.

A tendência é que sua posição fique alinhada ao voto de Toffoli, que também já havia provocado confusão. Independente da interpretação final sobre o voto de Fux, o placar já está definido a favor da descriminalização.

Na semana passada, o STF divulgou o posicionamento do ministro Dias Toffoli como uma divergência parcial - um voto para manter a legislação como está, com a ressalva de que, na avaliação dele, ela já não criminaliza o usuário.

União e governo do RS firmam no STF acordo para antecipação de receitas

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para descriminalizar o porte de maconha para uso pessoal, terça-feira, 25. O movimento aconteceu após o ministro Dias Toffoli, que proferiu um “voto médio” na última quinta-feira, 20, esclarecer que não havia sido claro e declarar que defende a extinção da penalidade da conduta.

“A descriminalização já conta com seis votos. O meu voto se soma ao voto da descriminalização. Hoje pela manhã Vossa Excelência (Luís Roberto Barroso, presidente da Corte) me perguntou como meu voto era para ser proclamado. Por isso, entendi por bem fazer essa complementação. Se eu não fui claro o suficiente, o erro é meu, de comunicador”, afirmou Toffoli. Na semana passada, o STF divulgou o posicionamento do ministro Dias Toffoli como uma divergência parcial. Ou seja,

o ministro havia votado para manter a legislação brasileira como está, com a ressalva de que, na avaliação dele, ela já não criminaliza o usuário.

De acordo com ele, a criminalização das drogas foi instituída com base em preconceito e xenofobia. Ele afirmou ainda que essa não é a “melhor política pública adotada por um Estado social democrático de direito”. O magistrado também exigiu a criação de um critério de diferenciação entre usuário e traficante, tendo em vista que a legislação atual não conseguiu cumprir o objetivo de “descriminalizar” a conduta do dependente químico.

“Estou convicto que tratar o usuário como um tóxico delinquente, aquele que é um criminoso, não é a melhor política pública de um Estado social democrático de direito”, afirmou o ministro do STF

O ministro Luiz Fux recebeu em seu gabinete, terça-feira (25), representantes dos governos federal e do Rio Grande do Sul para a primeira audiência de conciliação que discutiu a dívida do estado com a União, além de medidas emergenciais para combater a crise provocada pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em maio. O governo federal ofereceu a antecipação para este ano de aproximadamente R\$ 680 milhões em compensação financeira devida ao estado pela perda de arrecadação de ICMS, e mais R\$ 4,5 bilhões em precatórios expedidos pelas Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça do Trabalho, que seriam pagos somente em 2025. A oferta foi aceita pelo Estado do Rio Grande do Sul, como parte do acordo firmado na reunião desta terça-feira.

**Nova audiência** - O acordo ocorreu no âmbito da Ação Cível Originária (ACO) 2059, que pede a extinção da dívida do Rio Grande do Sul, da qual

o ministro Fux é relator. Além das medidas de compensação oferecidas pelo governo federal, ficou agendada uma nova audiência de conciliação na primeira quinzena de agosto, também conduzida pelo relator da ação, para discutir novas medidas compensatórias e de ajuda para a reconstrução do estado.

O ministro Fux conduziu a audiência, realizada na manhã desta terça-feira (25), com a participação do governador do estado, Eduardo Leite, e dos ministros Jorge Messias, da Advocacia-Geral da União (AGU), e Paulo Pimenta, da Secretaria de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul.

**Dívida** - A ação foi ajuizada pela Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Sul (OAB-RS) e pede urgência para a extinção da dívida do estado, sustentando que a população gaúcha vive em situação de calamidade e que o passivo do estado com a União chega a R\$ 100 bilhões.

